

A Emissora Nacional: das emissões experimentais à oficialização (1933-1936)

NELSON RIBEIRO *

O nascimento do interesse estatal pela radiodifusão

Embora o interesse pela radiodifusão em Portugal seja anterior, foi na década de 1920 que se assistiu ao nascimento das primeiras estações emissoras, cujo principal objectivo era o de levar o sinal de emissão o mais longe possível. Vivia-se, desta forma, um período marcado essencialmente pela componente técnica, durante o qual os conteúdos das emissões eram algo bastante secundário. Aliás, as primeiras experiências realizadas pelo capitão Jorge Botelho Moniz e por Alberto Lima Basto, a partir de 1928, são uma prova disso mesmo. Estes dois homens, que viriam mais tarde a fundar o Rádio Clube Português (RCP), iniciaram a sua actividade na área da radiodifusão preocupados sobretudo com questões técnicas, tentando fazer chegar cada vez mais longe o sinal emitido a partir do emissor da Parede.

Em 1930, quando a Rádio Parede emitia com um pequeno emissor de 10 watts, o Estado resolveu ele próprio encetar uma intervenção directa na radiodifusão, produzindo o primeiro diploma legal que haveria de regular a actividade. Publicado a 29 de Janeiro, um pouco tardiamente quando comparado com os restantes países da Europa, o decreto 17 899 criou o Conselho de Radioelectricidade, na dependência da Administração Geral dos Correios e Telégrafos.

* Assistente da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (nelson.ribeiro@rr.pt)

Embora desde os primórdios a rádio em Portugal tenha sido sempre uma iniciativa de privados, o diploma considerava como monopólio do Estado todos os serviços de radiotelefonia, radiodifusão, radiotelevisão e outros que viessem a ser descobertos e que se relacionassem com a radioelectricidade. Ainda assim, e tendo em conta que seria impossível ao Governo colocar um ponto final no interesse dos radiófilos, o decreto 17 899 previa a possibilidade de o Governo conceder licenças a privados «para o estabelecimento e exploração de estações emissoras experimentais, ou para estudos científicos».¹

Embora tivesse sido igualmente no início da década de 1930 que as entidades públicas passaram a manifestar interesse pela criação de um organismo de radiodifusão propriedade do Estado, foi apenas na Primavera de 1933 que tiveram início as emissões experimentais da Emissora Nacional (EN), através de um emissor de ondas médias com 20 kW de potência.² Nos primeiros meses, as emissões prosseguiram sem preocupações de índole artística, uma vez que o principal objectivo a alcançar com estas transmissões era o melhoramento das condições técnicas de transmissão e recepção do sinal. Aliás, a importância técnica é patente no próprio facto de a estação oficial ter sido colocada na dependência do Ministério das Obras Públicas e Comunicações.

De acordo com um decreto governamental de 29 de Junho de 1933, o próximo passo a ser dado pela radiodifusão oficial seria a aquisição de uma estação retransmissora para o Porto e uma emissora de onda curta que permitisse «levar a palavra lusíada a todos os portugueses espalhados pelo [...] vasto império, pelo Brasil e pela América do Norte»³. Este diploma introduziu igualmente algumas alterações na legislação então em vigor, modificando, nomeadamente, a política de incentivo à expansão radiofónica. Na prática, os detentores de aparelhos receptores passaram a estar sujeitos ao pagamento de uma taxa, passando as receitas destas cobranças a ser a principal receita da Administração Geral dos Correios e Telégrafos.

As emissões experimentais e a luta pelo controlo da estação

A 1 de Junho de 1934 teve lugar a nomeação da primeira Comissão Administrativa e Organizadora dos Programas da EN. Presidida por António Joice, da comissão faziam igualmente parte Manuel Bívar e Jorge Braga⁴, a quem foi confiada a orientação da estação durante cerca de um ano, até Junho de 1935.

Durante a vigência da primeira Comissão Administrativa, a par das melhorias técnicas, uma das prioridades foi a organização artística da emissora, com a criação de diversas orquestras.⁵ Nesta data, a locução dos programas estava a

cargo de Maria de Resende, Áurea Rodrigues e Fernando Pessa: as três primeiras vozes da EN.

Desde a primeira hora das emissões experimentais, foi visível a preocupação em acompanhar os momentos importantes da vida do regime. Prova disso foram as diversas reportagens radiofónicas, realizadas logo a partir de 1934, destinadas a acompanhar inaugurações de obras públicas e o início solene dos trabalhos da Assembleia Nacional.⁶ Para assegurar a cobertura desta cerimónia, em Janeiro de 1935 foi montada uma infra-estrutura nunca antes vista em Portugal. No percurso situado entre o Palácio de Belém e o Parlamento foram colocados cinco postos de reportagem, destinados a acompanhar o cortejo do chefe de Estado.⁷ Fernando Pessa foi o locutor que mais se destacou na área da reportagem, dado que os serviços de exterior lhe eram geralmente atribuídos, ficando o serviço em cabine para as senhoras.

Desde muito cedo, o controlo da estação oficial transformou-se, no interior do aparelho do regime, numa disputa ao mais alto nível, com o Secretariado da Propaganda Nacional (SPN) a contestar a orientação política da EN. Na dependência directa do presidente do Conselho, o SPN gozava de grande liberdade, faltando-lhe contudo o poder de controlar e orientar a EN, que possuía potencial para se transformar num dos meios de propaganda mais eficazes do Estado Novo.

Com o intuito de colocar sob a sua alçada o controlo da EN, o SPN começou por lançar alertas ao presidente do Conselho, chamando a atenção para o facto de a estação emitir notícias e programas que em nada auxiliavam a propagação dos ideais do Estado Novo. As missivas do Secretariado de António Ferro consideravam que no interior da estação se vivia um clima de liberdade intolerável, que tinha como consequência um desnorтеio ideológico que transparecia nos conteúdos emitidos. Como exemplo, era citado o Boletim de Imprensa da emissora, que o SPN acusava de ignorar algumas notícias de propaganda ao regime e de enfatizar outras que colocavam em causa a essência do Estado Novo, retiradas dos jornais *Diário de Lisboa*, *Diabo* e *Fradique*.⁸

Na verdade, as relações entre os dois organismos não foram pacíficas desde o início. Logo em Outubro de 1934, quando a EN solicitou uma leitura em francês e inglês de uma nota oficiosa do presidente do Conselho, gerou-se uma polémica em redor de quem poderia ordenar a transmissão dos textos de Oliveira Salazar na EN. Nesta ocasião, o SPN alertou para o facto de não estar definido o papel da estação oficial no âmbito da propaganda nacional.⁹

Embora seja nossa convicção que durante largos anos Oliveira Salazar não compreendeu o verdadeiro potencial da rádio como meio de comunicação, preocupava-o, obviamente, o facto de a emissora oficial poder divulgar mensagens

que não estivessem de acordo com as directrizes do regime que liderava. Ao longo das mais de três décadas em que se manteve no poder já com a Emissora Nacional em plena actividade, Salazar nunca a utilizou de forma sistemática como instrumento de propaganda. Aliás, esta situação foi característica das posições que assumiu em relação aos outros *media*. O chefe do Governo não estava interessado na mobilização das massas – característica dos regimes totalitários –, pretendia antes que as massas não questionassem o percurso que ele havia traçado para o país.

Desta forma, a principal preocupação não era transformar os *media* em meios de exaltação, mas criar redes de controlo de forma a evitar que os meios de comunicação pudessem ser utilizados como instrumentos de difusão de ideias contrárias ao regime. Tal situação justifica o fraco investimento feito ao longo dos anos nas emissões ultramarinas, que, apesar da insistência dos diversos presidentes da EN, receberam sempre do Governo financiamentos bastante escassos até ao início das guerras coloniais nos anos 60.

Os baixos investimentos na radiodifusão não significavam, porém, que o regime não se preocupasse com o enquadramento político das emissões da estação oficial de radiodifusão. Esse trabalho foi entregue, em Março de 1935, a Fernando Homem Christo, um ex-aluno de Oliveira Salazar na Universidade de Coimbra e conhecido adepto do fascismo. A ele competia fiscalizar e depurar de inconveniências políticas e desvios ideológicos todos os conteúdos falados da estação. Após um curto período em que procurou tomar contacto com a realidade da rádio, manifestou, por diversos meios, a sua preocupação com a grande desorganização que se vivia no interior da estação, nomeadamente no que se referia à falta de orientações na área da propaganda.

Fernando Homem Christo tentou estabelecer algumas regras para a difusão de mensagens de cariz propagandístico, com o objectivo de aumentar a sua eficácia e de evitar que o ouvinte pudesse criar «uma predisposição hostil à propaganda política, radiofónica, que o leve a praticar, por assim dizer, greve dos ouvidos tapados»¹⁰.

Com o intuito de evitar esta situação de ineficácia da propaganda, o ministro das Obras Públicas e Comunicações havia determinado que a radiodifusão de discursos ou conferências proferidos fora dos estúdios, incluindo sessões de propaganda política, fosse solicitada com pelo menos três semanas de antecedência, não devendo a duração dessas transmissões ultrapassar os três quartos de hora. As alterações de programação à última da hora apenas podiam ocorrer em situações verdadeiramente extraordinárias e que envolvessem personalidades oficiais.¹¹

A missão política da EN foi considerada, desde o início, tão importante quanto a sua função educativa. Nas palavras de Fernando Homem Christo, «num Estado autoritário, um posto nacional de radiodifusão deve ser um meio de cultura e um instrumento de acção política»¹². Desta forma, em Março de 1935, foi solicitado ao SPN que passasse a fornecer à estação oficial um noticiário diário dedicado às realizações e decisões do Estado Novo.¹³

A noção de propaganda de Fernando Homem Christo era bastante abrangente, considerando que a difusão do ideário do Estado Novo não se deveria restringir a espaços próprios de programação. Na sua opinião, toda a emissão deveria reflectir uma forma de ver o mundo que estivesse de acordo com os valores do regime.¹⁴

O projecto que Fernando Homem Christo acabou por propor a Oliveira Salazar passava pela criação de um Serviço Político no interior da EN, que superintendesse a totalidade da parte falada da estação, já que todos os tipos de conteúdos eram, na sua opinião, passíveis de ser tratados de forma a incutir no público as ideias defendidas pelo Estado Novo.

Não basta que na parte falada se não digam coisas política ou ideologicamente inconvenientes; era preciso que se dissessem coisas política ou ideologicamente convenientes. Era preciso que, além da acção directa de propaganda a exercer pelo Serviço Político, toda a restante parte falada, mesmo a literatura ou de mera cultura geral, secundasse essa acção, embora indirecta e despercebidamente – e quanto mais indirecta e despercebidamente, melhor.¹⁵

Para Fernando Homem Christo, o Serviço Político da EN deveria ser responsável pela elaboração da propaganda do Estado Novo e pela difusão da sua ideologia e das medidas governamentais, tendo igualmente a seu cargo a fiscalização de todos os momentos falados, de forma a evitar a difusão de afirmações «inconvenientes». Tal pressupunha que os textos a difundir fossem entregues com a devida antecedência na Secretaria de Produção, de forma a poderem ser revistos. A única excepção que Homem Christo admitia aplicava-se aos textos dos blocos informativos, dado que estes eram produzidos com base nos jornais já visados pela censura.

Além do controlo dos textos, o projecto de controlo político de Fernando Homem Christo previa igualmente a adopção de uma nova política no que se referia à admissão de locutores, dado considerar absolutamente indispensável que estes possuíssem capacidades vocais que lhes permitissem «dizer as coisas políticas naquelas tom másculo, imperioso, incisivo e quasi dogmático que esse género de afirmações exige»¹⁶.

No que se refere à redacção dos textos, para Fernando Homem Christo era claro que tal tarefa deveria competir, em exclusivo, a colaboradores afectos à ideologia do Estado Novo. Tal ligação ideológica entre os autores e o regime permitiria a produção de conteúdos que visavam enaltecer a centralidade do Estado, a grandiosidade da História de Portugal e o ideário do Estado Novo. Este género de mensagens podia ser transmitido em todo o tipo de blocos, desde «o noticiário, as efemérides, a revista de imprensa, os comentários da semana, etc.»¹⁷.

Por último, e para que todo este sistema de controlo e vigilância pudesse ser bem-sucedido, Fernando Homem Christo sugeria a existência de uma estreita colaboração com o SPN, com a União Nacional e com a imprensa oficiosa. Na verdade, foi neste ponto que todo o plano acabou por cair por terra, na medida em que António Ferro não estava disposto a abdicar facilmente da tutela de toda a propaganda do regime, incluindo a que era radiodifundida pela EN. Desta forma, apesar dos pedidos insistentes, o SPN recusou-se sempre a fornecer um serviço diário de informação à estação oficial.

As divergências entre Fernando Homem Christo e António Ferro rapidamente se transformaram numa polémica e numa luta pelo controlo da estação oficial. O primeiro contava com o apoio moral do ministro das Obras Públicas e Comunicações e do administrador-geral dos Correios e Telégrafos. Já António Ferro valia-se da sua posição como director do SPN para pressionar o presidente do Conselho a resolver o diferendo a seu favor.¹⁸ Num ofício datado de 11 de Maio de 1935, dramatizou ao máximo a inexistência de cooperação entre a EN e o SPN, sugerindo que o Estado negociasse o aluguer de tempo de antena no RCP até à resolução definitiva do diferendo com a estação oficial.

Para o chefe do Governo, o conflito havia ido longe de mais, tendo sido solucionado a 10 de Junho com a nomeação de uma nova Comissão Administrativa para a EN, presidida pelo capitão Henrique Galvão. Ao mesmo tempo, Fernando Homem Christo foi afastado e António Ferro não viu concretizada a sua pretensão de controlar directamente o novo meio de comunicação. Desta forma, Oliveira Salazar optou por manter os dois organismos separados, não permitindo a criação de uma estratégia única de propaganda do regime.

Para a liderança da estação oficial, o chefe do Governo escolheu um homem da sua confiança e com uma larga experiência colonial.¹⁹ Da nova Comissão Administrativa faziam igualmente parte Manuel Bívar e Pires Cardoso.

A entrada de Henrique Galvão

O passado de Henrique Galvão acabou por marcar o seu consulado à frente da EN, durante o qual foi dada particular atenção às emissões em onda curta para as colónias. Ainda assim, a maioria dos projectos de Henrique Galvão nesta área nunca foi colocada em prática devido a constrangimentos de ordem financeira. O próprio Governo não entendia a posição de Henrique Galvão e a importância que este dava às emissões para África, pelo que as verbas disponibilizadas para as emissões em onda curta foram sempre bastante reduzidas.

A fragilidade da EN não se cingia à inexistência de emissões para as colónias. A cobertura do continente metropolitano era também deficiente. Logo em Janeiro de 1936, num ofício remetido ao ministro das Obras Públicas e Comunicações, Henrique Galvão lamentava o facto de o serviço de radiodifusão em Portugal estar «bem longe de ser [...] um serviço nacional»²⁰, porque em muitas regiões do país a recepção da EN continuava a ser sofrível, havendo mesmo estações espanholas com melhor captação na Metrópole do que a própria estação oficial portuguesa.

De forma a ultrapassar esta situação de grande vulnerabilidade da EN, Henrique Galvão propôs a construção de uma nova estação em Lisboa, com 100 kW, e de duas estações regionais, uma no Norte (30 kW) e outra no Sul (5 kW). No que se refere às ilhas adjacentes, a proposta previa uma emissora de 1 kW para a Madeira e outra de 5 kW para os Açores. Este plano em pouco diferia de um outro que havia sido apresentado pelo ministro das Obras Públicas, em Maio de 1935.²¹ No entanto, tais projectos acabaram por não ser executados, levando a que a EN não pudesse ser escutada na maioria das localidades portuguesas. Para o ministro Duarte Pacheco era altamente preocupante o facto de Portugal estar a ser invadido por estações espanholas de forte potência, o que, na sua opinião, deveria ser considerado como uma verdadeira vergonha nacional.²²

Também desprestigiante, na opinião de Henrique Galvão, era a inexistência de um serviço ultramarino, o que colocava as colónias portuguesas numa posição de grande fragilidade em relação à propaganda estrangeira. Por esta razão, a proposta da Comissão Administrativa, apresentada em Fevereiro de 1936, previa igualmente a construção de uma emissora imperial com uma potência de 20 kW, de forma a combater a propaganda das estações estrangeiras, nomeadamente a da Emissora de Berlim, que nesta data emitia palestras em português que podiam ser escutadas na maioria das colónias portuguesas.²³

O que estava na mente de Duarte Pacheco e de Henrique Galvão era conseguir, no espaço de três anos, dotar a emissora de condições técnicas para a exis-

tência de uma boa cobertura do território metropolitano, bem como das colónias e dos países onde Portugal possuía comunidades emigrantes consideráveis e que, na opinião do Director da EN, necessitavam de ser imbuídas do espírito patriótico, de forma a serem também veículos de transmissão do génio português. No entanto, este projecto acabou por cair por terra.

Ao contrário do que previa o decreto publicado em Junho de 1933, o Estado não procedeu à aquisição imediata de uma estação emissora de onda curta. Devido a dotações financeiras insuficientes para o efeito, a única solução encontrada pela EN foi o fabrico de um pequeno posto de ondas curtas de 5 kW, construído pelos próprios funcionários da estação, utilizando material de reserva e verbas que eram poupadas no serviço de programas.²⁴

Os problemas financeiros foram desde sempre uma realidade no interior da EN. Logo no ano de 1935, a Comissão Administrativa deparou com uma situação financeira bastante complexa, na medida em que as receitas eram, na sua grande maioria, destinadas ao pagamento das orquestras privadas, que haviam sido constituídas durante o período experimental. Dada a inviabilidade da permanência de todos os agrupamentos musicais então existentes, Henrique Galvão viu-se forçado, desde o primeiro momento, a tomar diversas medidas tendentes a reduzir os custos, começando pelo despedimento do maestro Rui Coelho, até então director da secção de música portuguesa. Tal medida irritou profundamente os músicos, que acusaram a nova direcção de estar a conduzir a estação oficial para os caminhos da «vulgaridade popular»²⁵.

A onda de contestação às decisões da Comissão Administrativa foi também agravada pelo afastamento de Ivo Cruz do cargo de regente e organizador da Orquestra de Câmara. Algumas dezenas de artistas e intelectuais subscreveram um abaixo-assinado, dirigido ao presidente do Conselho, solicitando a não-extinção da referida orquestra, mas sem obterem quaisquer resultados práticos.²⁶ Igualmente exonerados da EN foram Wenceslau Pinto, maestro da Orquestra Sinfónica B e Augusto de Santa Rita²⁷, que regressariam pouco depois à estação oficial na qualidade de maestro da Orquestra de Câmara e de adjunto da Divisão de Produção, respectivamente.

Henrique Galvão desvalorizava as críticas que se faziam ouvir à sua actuação. Considerando que «só podem viver os organismos que assentam a sua vida sobre bases sólidas de ordem financeira e administrativa»²⁸, avançou com a reestruturação das orquestras, passando a existir apenas uma orquestra sinfónica, uma orquestra ligeira e uma orquestra de salão. Paralelamente, foi recomendando a todos os chefes de secção que diminuíssem os gastos, mesmo que tal implicasse sacrifícios na qualidade artística e cultural da emissão.²⁹

A reorganização levada a cabo por Henrique Galvão criou uma nova forma de trabalho na EN, assente em três estruturas: direcção, serviços técnicos (dirigidos por Manuel Bivar) e serviços centrais. Nestes últimos estavam incluídos os Serviços Administrativos, dirigidos por Pires Cardoso, o Serviço de Produção e a Secretaria-Geral. O director do Serviço de Produção, João da Silva Tavares, tinha a seu cargo a organização dos programas, tendo na sua dependência as secções de música e de cultura geral, chefiadas por Mário Mota Pereira e Carlos Queiroz, respectivamente.³⁰ Aquando da inauguração oficial, a secção de música foi subdividida em duas: secção de música viva e secção de música gravada, continuando a primeira a ser coordenada por Mário Mota Pereira³¹, ao passo que a segunda passou para a ter como responsável António Lopes Ribeiro.³²

A programação no primeiro ano de emissão oficial

A inauguração oficial da EN teve lugar a 4 de Agosto de 1935³³, sendo as emissões produzidas a partir dos estúdios entretanto construídos na Rua do Quelhas, em Lisboa. A emissão, transmitida através de uma estação de ondas médias, instalada em Barcarena, foi simbolicamente colocada a funcionar pelo Presidente da República, general Óscar Carmona, que assim deu início a uma nova fase da vida da estação oficial, que Henrique Galvão pretendia transformar num instrumento de longo alcance para a propaganda do país no estrangeiro e nas colónias ultramarinas:

Portugal [...] vai dispor não só de mais um elemento poderoso de cultura interna, mas também dum instrumento necessário ao seu prestígio externo. [...] De resto Portugal tinha mais necessidade desse instrumento que muitos outros países europeus. Para além das suas fronteiras metropolitanas há um império descoberto, criado e organizado pelo génio português, cuja distância da mãe Pátria é indispensável encurtar por todos os meios. Em países estrangeiros – sobretudo no Brasil e na América do Norte – há colónias portuguesas de povoamento que vão encontrar na radiotelefonia o melhor – e porventura o único – meio de comunicação fácil com o seu País.³⁴

Aquando da inauguração oficial, a EN emitia nove horas diárias entre o meio-dia e as duas da tarde e entre as cinco da tarde e as dez da noite.³⁵ As emissões eram preenchidas essencialmente por música clássica gravada ou executada ao vivo pelas orquestras privadas da emissora, por palestras, noticiários e programas infantis.

Como tivemos oportunidade de referir anteriormente, os primeiros anos de actividade da EN, sob a liderança de Henrique Galvão, ficaram marcados por cortes significativos nas despesas com os agrupamentos musicais. Tal levou a estação a transmitir muitos espaços de música gravada, o que era encarado com grande

preconceito por alguns intelectuais da época, para quem nada poderia substituir a música executada ao vivo.³⁶ Certo é que em todos os países o disco esteve sempre presente na radiofonia, tendo também alguns defensores nos núcleos artísticos portugueses, como foi o caso de António Lopes Ribeiro. O então director de música mecânica da EN considerava que a fonografia possuía um valor inestimável na radiodifusão, na medida em que se afigurava como a única forma de as estações conseguirem oferecer aos seus públicos as melhores composições e as melhores interpretações de todos os tempos.

Nos primeiros dez meses de emissão oficial, 58,3% da programação foi preenchida por música gravada, 24,8% por música executada ao vivo e 17% por espaços de palavra. A partir do início de 1936 é notória uma maior diversificação dos momentos musicais vivos, com a inclusão na programação de inúmeros concertos de orquestras, quintetos e bandas exteriores à EN. Além disso, nos primeiros meses deste mesmo ano passaram a ser transmitidos, duas vezes por semana, fados e guitarradas a partir do Retiro da Severa, o que agradava ao público menos erudito.³⁷ Em compensação, no mês de Março, a EN aumentou o número de horas preenchidas com música de ópera³⁸ e deu início a uma série de programas dedicados à cultura de países estrangeiros, em colaboração com as respectivas embaixadas e legações.³⁹

Os espaços musicais sofreram igualmente remodelações nesta data, passando a música de concerto a ser emitida em horários fixos. Por outro lado, nos dias em que eram efectuadas transmissões de fados do Retiro da Severa deixou de haver outros espaços dedicados à música portuguesa. Por outro lado, a abertura da estação passou a efectuar-se com música «alegre e movimentada», substituindo as marchas militares.⁴⁰

A programação infantil esteve também presente, desde a primeira hora, nas emissões da estação oficial. Os programas mais populares, nos primeiros anos, foram «Senhor Doutor» e «Meia hora de recreio». Este último era produzido pela equipa do jornal infantil *O Papagaio*, fundado e dirigido pelo escritor Adolfo Simões Müller. As emissões infantis eram constituídas por conteúdos que pretendiam ser recreativos e, simultaneamente, educativos, fomentando uma consciência cívica e de solidariedade.

As leituras e recitações ocupavam igualmente espaços de relevo na programação da EN. Nos primeiros meses de emissões oficiais foi possível ouvir Augusto de Santa Rita e Silva Tavares recitarem poemas da sua autoria. Logo no mês de Agosto, Amélia Rey Colaço recitou poemas de Virgínia Vitorino e nos meses seguintes puderam os ouvintes escutar a leitura e a recitação de obras de alguns dos nomes mais conhecidos da literatura portuguesa, como Almeida Garrett, Alexan-

dre Herculano, Cesário Verde, Camilo Pessanha, Bernardim Ribeiro, P.^o António Vieira, Florbela Espanca, Antero de Quental, Júlio Diniz, Camilo Castelo Branco e Eugénio de Castro, entre outros.

Os programas de propaganda das terras portuguesas e as efemérides mereciam também uma atenção especial. A partir de Setembro de 1935 a propaganda turística foi entregue à Sociedade de Propaganda Nacional⁴¹, tendo esta apresentado diversos programas dedicados à divulgação das tradições populares de diversas regiões, sublinhando igualmente a potencialidade de muitos dos destinos turísticos existentes no país. Por outro lado, o passado heróico de Portugal era exaltado em apontamentos dedicados às datas mais relevantes da História portuguesa.

Na área informativa, além de uma revista de imprensa semanal, a emissora fornecia informações diárias sobre as cotações da bolsa e as actividades do Governo. Os noticiários propriamente ditos começaram por ter uma relevância bastante residual, apesar de terem adquirido uma importância gradual à medida que foram passando os primeiros meses de funcionamento oficial. A linguagem utilizada era bastante formal, não existindo a preocupação de contextualizar as notícias. Estávamos perante noticiários dirigidos a uma elite, que dificilmente poderiam ser compreendidos pelo cidadão comum, dada a necessidade de este estabelecer inter-relações entre os diversos acontecimentos, de forma a entender a importância das notícias transmitidas. Na realidade, o meio rádio demorou bastante até conseguir criar uma linguagem informativa própria. Desta feita, os noticiários das décadas de 1930 e 1940 assemelhavam-se, no que se refere ao conteúdo e à forma, aos jornais, uma vez que a adaptação à linguagem oral foi um processo bastante lento.

Para o aparelho do regime – além da função política e de construção de uma identidade nacional –, a educação das massas deveria ser um dos principais objectivos da estação.⁴² Neste sentido, foram desenvolvidas várias iniciativas com o intuito de fazer chegar a música erudita a novos públicos. A Orquestra Sinfónica da EN esteve por diversas vezes no exterior, realizando espectáculos em locais públicos, aos quais a população podia assistir. Henrique Galvão reconheceu desde muito cedo a existência de públicos diferentes que tinham de ser cativados de modo distinto, na medida em que não reagiam da mesma forma aos diversos estilos de música, havendo quem apreciasse desde o estilo mais erudito ao mais popular:

[...] Vivemos num país de cultura média muito abaixo da que deveria classificar a grande massa. Há, de facto, uma «elite» constituída por pessoas de bom gosto, e entre estas, evidentemente, um número determinado de mais eruditas. É necessário levarmos em linha de conta os interesses desses três grupos distintos, conjugando-os da melhor forma possível.⁴³

A reportagem foi um género que mereceu grande destaque logo no período experimental e que permaneceu com grande regularidade nos primeiros meses de emissões oficiais. No mês inaugural foi transmitida a cerimónia de lançamento do novo contratorpedeiro *Douro*, tendo sido igualmente transmitido o Campeonato Nacional de Remo, bem como a sexta edição da Volta a Portugal em Bicicleta, em colaboração com o *Diário de Notícias* e *Os Sports*.⁴⁴

Uma iniciativa que viria a marcar a programação da EN ao longo de décadas foi a dos Jogos Florais, lançados em Fevereiro de 1936 com o intuito de assinalar os dez anos da revolução nacional. Tanto na área da prosa como na da poesia, os autores puderam concorrer em diversas categorias, com destaque para a poesia nacionalista, ou seja, poemas baseados nos valores em que assentava a «nacionalidade portuguesa». A Comissão de Honra da primeira edição foi presidida pelo general Óscar Carmona, sendo o júri constituído por Henrique Galvão, presidente da EN; Acácio de Paiva, poeta e escritor; Agostinho de Campos, professor da Faculdade de Letras; António Ferro, director do SPN; e Pestana Reis, membro da Comissão Executiva de Programas da EN.

O controlo político da estação, já visível no período experimental, permaneceu como uma preocupação no primeiro ano do consulado de Henrique Galvão. A direcção tinha na sua directa dependência uma secção política, e a revisão dos textos a emitir competia exclusivamente aos directores.⁴⁵ Por outro lado, nenhum artista podia ser admitido nos estúdios sem que tivesse em sua posse uma proposta de programa assinada pelo presidente da Comissão Administrativa.⁴⁶ Desta forma, embora a organização diária da grelha de programação estivesse a cargo dos Serviços de Produção, todos os colaboradores eram sujeitos à aprovação prévia de Henrique Galvão.

A vigilância política acentuou-se a partir de Março de 1936, data em que os Serviços de Produção passaram para a dependência directa do presidente da Comissão Administrativa⁴⁷, tendo Pestana Reis sido nomeado para o cargo de consultor político, a quem competia «censurar e orientar toda a matéria que tiver interesse público, especialmente o noticiário e as palestras políticas»⁴⁸. Nesta mesma data, Virgínia Vitorino foi empossada como consultora literária, Margarida Brandão como consultora de música gravada e Ramiro Guedes de Campos como inspector de programas.⁴⁹ Foram igualmente estabelecidas regras mais rígidas para a leitura dos noticiários, podendo os locutores sofrer punições caso utilizassem inflexões de voz indesejáveis.⁵⁰ Aliás, era frequentemente recomendado aos locutores que mantivessem um tom sóbrio em qualquer tipo de apresentação:

Recomenda-se ao locutor Fernando Peça [sic] que deve evitar certas familiaridades que usa ao microfone. Por exemplo: No Retiro da Severa despede-se: «Até já» ou «Até logo». Evite-se essa forma de locução.⁵¹

A extrema formalidade era transversal à apresentação de todos os espaços de programação, e na imprensa especializada qualquer indício de uma menor formalidade era fortemente criticado.

As palestras

As palestras eram um dos espaços de programação mais característicos da EN, abrangendo temas tão diversos como filologia, literatura, religião, arte, teatro, música, história, assuntos coloniais, política, higiene e profilaxia, radiofonia e assuntos femininos. No primeiro mês de emissões oficiais o tema da radiodifusão foi o preferido pelos palestrantes, tendo sido pronunciado um total de dezassete palestras sobre este tema, o que perfaz um terço do total das palestras emitidas no mês de Agosto. A maioria dos textos pretendia explicar de que forma a radiodifusão deveria contribuir para o engrandecimento cultural do povo português e para a propaganda e defesa dos ideais do Estado Novo. Para o aparelho do regime, a radiodifusão deveria transformar-se num veículo de comunicação entre o Governo e a Nação, de forma que os governantes pudessem expor «os problemas que em cada momento mais interessam à vida nacional e ao bem comum»⁵².

Nos meses que se seguiram à inauguração oficial, os assuntos femininos, desportivos e políticos dominaram a maioria dos espaços de palavra, sendo estes os únicos três temas que apresentaram uma média de palestras mensal superior a quatro. Isso mesmo se pode verificar na análise do Quadro 1 (ver p. 189).⁵³

De modo a cobrir um leque tão variado de temas, a EN possuía um núcleo bastante alargado de colaboradores, para quem a presença regular aos microfones se revelava uma importante forma de aquisição de estatuto na sociedade letrada da época. As palestras tinham em média a duração de dez minutos e, segundo Henrique Galvão, a maior dificuldade residia em encontrar pessoas disponíveis para aceitar as características especiais das palestras radiofónicas: «Simplicidade, clareza, espírito sintético, leveza de linguagem»⁵⁴.

Ainda que fosse visível um esforço no sentido de aligeirar os conteúdos das palestras, para que se tornassem acessíveis a um maior número de radiouvintes, a verdade é que a maioria dos palestrantes abordava temas e socorria-se de uma linguagem pouco adaptada a uma população caracterizada por altos níveis de analfabetismo e iliteracia.

Além da linguagem, Henrique Galvão manifestou igualmente a sua preocupação em relação às qualidades fónicas dos oradores, tendo proibido de falar ao microfone todos aqueles cujas características vocais revelassem não ser favoráveis

à leitura de palestras. A avaliação estava a cargo de um vogal da Comissão de Programas e de um técnico da EN.⁵⁵

Os temas políticos eram habitualmente tratados de um modo apologético do Estado Novo. Uma das formas encontradas pelos palestrantes para fazer o elogio do regime passava pelo recurso a comparações com a situação política vigente em Portugal antes do 28 de Maio de 1926. O período da Primeira República era descrito como o caos, ao qual o Estado Novo veio colocar cobro graças «à restauração da hierarquia dos valores políticos e sociais, de harmonia com os ensinamentos da História, da Tradição e da experiência nacional»⁵⁶.

Além da comparação com o passado, na estação oficial era também frequente a transmissão de palestras nas quais a situação portuguesa era colocada em paralelo com a que se vivia noutros países, concluindo os palestrantes que Portugal atravessava uma fase de regularização económica invejada por outros estados. Por contraste, a situação na Rússia era descrita como sendo de caos, pela inexistência de propriedade privada, o que reduzia os trabalhadores a condições de vida verdadeiramente precárias e próximas da miséria, «pior que em qualquer outro regime»⁵⁷.

A família, considerada por Salazar como a célula-base da sociedade, mereceu igualmente a análise de diversos palestrantes, que não defendiam apenas a sua importância crucial, mas destacavam também o facto de apenas com o Estado Novo as famílias estarem a ser alvo da atenção merecida. Mais uma vez, era sublinhado o contraste com os sucessivos governos que se seguiram à implantação da República.⁵⁸ Através de um pretenso regresso às origens, o Estado Novo visava recuperar uma identidade “verdadeiramente” portuguesa, recusando encarar o homem como *homo aeconomicus* ou *homo democraticus*. A estes conceitos o regime opunha o *homo corporativus*, descrito como um paradigma de felicidade.

As palestras dedicadas aos assuntos femininos estavam a cargo de diversas colaboradoras, entre as quais se destaca Cristina de Aragão Moraes, responsável pelo espaço «Cousas caseiras. Utilidades domésticas». Nesta rubrica, a palestrante abordava assuntos tão diversos como higiene feminina, culinária, cuidados a ter com o lar, conservação de legumes, criação de galinhas para obter mais e melhores ovos e uma melhor carne, etc. Na verdade, estas palestras procuravam levar em linha de conta o contexto social das ouvintes, dando dicas para resolver os problemas próprios de uma sociedade profundamente rural, em que «a criação de galinhas, pintos, patos, etc., faz parte das funções duma boa dona de casa»⁵⁹.

Além da ruralidade, outra característica dominava a sociedade portuguesa da década de 1930: a pobreza. Por esta razão, as palestras femininas dedicavam grande parte do seu tempo de antena a dar conselhos sobre como confeccionar receitas económicas e como recuperar a roupa em mau estado.

**Quadro 1 – Palestras emitidas na Emissora Nacional
entre Agosto de 1935 e Julho de 1936**

Assunto:	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	TOTAL
Feminino	4	5	5	5	8	7	6	6	5	3	4	5	63
Desporto	2	2	3	4	5	3	5	7	7	7	6	7	58
Política	2	2	6	6	4	7	4	4	2	3	3	8	51
Higiene e profilaxia	3	4	8	5	3	3	3	4	3	5	2	3	46
Literatura	4	4	3	2	5	2	2	4	6	3	3	4	42
Colonial	2	2	6	3	2	4	4	5	3	4	4	2	41
Militar			4	4	6	6	4	4	3	4	2	2	39
Humor	1			3	3	4	5	7	3	5	4	3	38
Filologia	4	4			3	2	2	3	2	4	5	4	33
Agricultura		2	3	7		1	1	1	7	3	2	2	29
Religião	3	3	2	2	3	2	1		1	1	2	2	22
Radiodifusão	17		1										18
Pedagogia			4	4	2	2	3	3			1		18
Economia e finanças					2	2	1	2	2	2	3	1	15
Direito			2	3		1	2	2	1	1	1	1	14
Clima e hidrologia						1	2	2	2	2	2	2	13
História	2		2	1	3	1				1			10
Regional							3	2	1	3		1	10
Educ. popular									4	3	3		10
Teatro	2					1	1	2	2	1			9
Campanha de bom gosto										1	4	3	8
Música	1		2				2			2			7
Arte	2		1	1			1	1	1				7
Comemorativo					2				2	1			5
Ciência		2					1	2					5
Puericultura											2	2	4
Turismo		1	1		1								3
Cinema						1	1						2
Vários	2	4	2	9	1	2		2	7	4	4	4	41
TOTAL	51	35	55	59	53	52	54	63	64	63	58	56	662

A necessidade de apresentar recomendações que pudessem ser seguidas pelos ouvintes não se espelhava apenas no tratamento dos assuntos femininos. Nos temas de higiene e profilaxia, abordados essencialmente pelo médico judeu Augusto d'Esaguy⁶⁰, é visível a preocupação de tentar aumentar os conhecimentos dos cidadãos, a fim de que estes pudessem melhorar a sua qualidade de vida. Ainda assim, muitos dos conselhos médicos transmitidos na EN não podiam ser seguidos pela maioria da população, dado exigirem um nível de vida acima da média. Como prova deste facto, indicam-se alguns dos primeiros temas abordados por Augusto d'Esaguy: «O amigo número um do homem: a fruta», «Elogio do segundo prato: o peixe», «Banhos de sol» e «Culto do chá».

Paralelamente às palestras de Augusto d'Esaguy, a médica Maria Carolina Ramos surgiu também algumas vezes aos microfones da estação oficial abordando temas mais ligados aos cuidados femininos, tendo as suas duas primeiras palestras versado sobre «A culinária ao serviço da saúde» e «A mulher, a higiene, a puericultura e a enfermagem».

No tratamento dos temas literários destacou-se Pedro de Moura e Sá, que era igualmente responsável pela crítica literária da EN. Formado em Direito, foi na área da literatura que se destacou, pelo que, após diversos anos como crítico literário da estação, veio a ser nomeado, a 4 de Abril de 1941, chefe da secção de Programas Literários.⁶¹

Outros palestrantes que se especializaram no tratamento dos assuntos literários foram João Gaspar Simões, conhecido escritor e crítico literário, e Maria Lamas, responsável por um suplemento de *O Século*, que viria mais tarde a dar origem à revista *Modas e Bordados*. Conhecida também como autora de livros infantis e como defensora dos direitos das mulheres, os seus problemas com a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) só viriam a surgir na década de 1940, enquanto presidente do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas.⁶²

Aliás, nos primeiros anos, a EN foi um local de encontro de vários intelectuais do regime que se tornariam dissidentes nas décadas seguintes. Refira-se, além de Maria Lamas, o próprio Henrique Galvão e Humberto Delgado. Este último pôde ser escutado aos microfones da emissora oficial em Janeiro e Fevereiro de 1936, por ocasião de duas palestras sobre antimilitarismo e aviação, num ciclo organizado pela revista *Defesa Nacional*.

As palestras de cariz desportivo, essencialmente a cargo do alferes Rafael Baradas, eram na sua grande maioria comentários aos acontecimentos desportivos do dia, apesar de se dedicar também algum tempo à transmissão de informação sobre a importância da prática de exercício físico regular. Verificava-se uma acentuada presença de militares na estação oficial: era frequente serem autores de pa-

lestras políticas, assegurando igualmente a totalidade das palestras desportivas e militares. Estas últimas eram, na sua maior parte, da responsabilidade do tenente Pavia de Magalhães.

Também o capitão Henrique Galvão podia ser escutado com regularidade na EN, em palestras sobre assuntos coloniais, tema em que também Maria Archer e Alves de Azevedo se destacavam, pelo carácter regular das suas intervenções. Conhecedora da realidade africana, onde viveu catorze anos, Maria Archer notabilizou-se como escritora, sendo da sua autoria diversas obras sobre as colónias portuguesas, bem como contos infantis inspirados em lendas africanas. Igualmente defensor da política colonial portuguesa, Alves de Azevedo era um feroz adepto do ideário do Estado Novo e combatente da doutrina comunista, tendo ocupado o cargo de repórter da Divisão de Produção⁶³ nos primeiros meses de vida oficial da estação.

Conclusão

A radiodifusão oficial nasceu em Portugal tardiamente por comparação com os restantes países da Europa, e só depois de iniciativas privadas terem colocado em funcionamento diversas estações emissoras, com especial destaque para o RCP. Iniciadas em 1933, as emissões experimentais da EN tinham como objectivo principal a melhoria das condições técnicas de propagação do sinal. Ainda assim, deste o início, existiram algumas preocupações artísticas, nomeadamente no que se refere à constituição de agrupamentos musicais que assegurassem espaços de programação com música ao vivo.

Oliveira Salazar impediu a criação de uma estratégia unitária de propaganda do regime, permitindo que a EN se mantivesse como uma entidade autónoma, não dependente do SPN. Por outro lado, o chefe do Governo rejeitou igualmente as propostas de Fernando Homem Christo, que visavam transformar a EN num meio de propaganda vocacionado para uma verdadeira campanha de mobilização das massas a favor do regime, à semelhança do que sucedia em Itália e na Alemanha. Neste sentido, o percurso do Estado Novo foi diferente, quando comparado com o de outros regimes seus contemporâneos, dado que a principal preocupação de Oliveira Salazar era não permitir que a estação emitisse ideias contrárias às que eram por si defendidas. Ainda que o potencial propagandístico do novo meio de comunicação tivesse despertado o interesse do regime, a política de Salazar parecia ser a de utilizar os *media* para provocar um clima de acalmia social, ao contrário do que sucedia nos regimes totalitários em que os

meios de comunicação, e especificamente a radiodifusão, foram utilizados como meios de mobilização das massas.

Não obstante a sua política em relação aos *media* apresentar características distintas quando comparada com os regimes totalitários, para o Estado Novo a EN devia desempenhar um importante papel como meio de propaganda do seu ideário. Por esta razão, no primeiro ano de emissões oficiais as palestras fizeram eco de um Portugal simples, de matriz católica, e que valorizava a sua História grandiosa, indo desta forma ao encontro dos ideais que o chefe do Governo defendia para o país. Existiu igualmente uma especial preocupação em apresentar o Estado Novo como o responsável pelo ressurgimento nacional, que levaria Portugal de volta às glórias do passado de que se havia afastado na sequência da instabilidade política gerada pela Primeira República.

Os primeiros anos de vida da EN são reveladores da atitude do regime em relação à radiodifusão oficial. Oliveira Salazar permite a existência de uma estrutura de radiodifusão autónoma do SPN. Simultaneamente não mostra interesse na criação de uma estratégia propagandística única e à qual os diversos meios de comunicação se subordinariam. Por outro lado, nos primeiros anos da década de 1930 fica também claro que, apesar das ideias contrárias de Henrique Galvão e de Duarte Pacheco, o regime não estava disponível para realizar investimentos avultados na radiodifusão, não considerando prioritária a criação de uma emissora que pudesse ser escutada nas colónias ultramarinas, contrariamente ao que se verificou, no início dos anos 30, nas restantes potências coloniais europeias.

Do ponto de vista da programação, após uma fase de aperfeiçoamentos essencialmente técnicos, no primeiro ano de vida oficial a EN assume-se como uma estação bastante formal, que emite principalmente música clássica, palestras e alguns programas infantis e informativos. Ainda assim, Henrique Galvão mostra estar consciente, desde o início, da existência de diversos públicos, aos quais não se poderia chegar com o mesmo tipo de conteúdos. Por esta razão, cria alguns espaços de programação mais populares, de que são exemplo as transmissões de fados do Retiro da Severa.

A disputa em que se envolvem António Ferro e Fernando Homem Christo é reveladora da importância que ambos atribuíam a este novo meio de comunicação. Ainda que nos primeiros anos o número de aparelhos receptores fosse bastante reduzido em Portugal, a EN apresenta desde logo um enorme potencial propagandístico, que atraiu diversas figuras do Estado Novo, fascinadas pelo poder daquele que foi o primeiro *media* a entrar no interior dos lares portugueses.

NOTAS

- ¹ Decreto n.º 17 899, Art.º 5.º, 29 Janeiro 1930.
- ² As fontes por nós consultadas são divergentes no que se refere à data de início das emissões experimentais da Emissora Nacional, apontando algumas o mês de Abril, outras o mês de Maio de 1933.
- ³ Decreto n.º 22 783, 29 Junho 1933.
- ⁴ Cf. «Inaugura-se amanhã a Emissora Nacional», *Diário de Lisboa*, 31 Julho 1935, citado em *Boletim da Emissora Nacional*, Agosto 1935.
- ⁵ Durante a vigência da primeira Comissão Administrativa foram criados os seguintes agrupamentos musicais: uma orquestra sinfónica, dirigida pelo maestro Pedro de Freitas Branco; uma pequena orquestra sinfónica, dirigida pelo maestro Wenceslau Pinto; dois septetos, sob a direcção de Flaviano Rodrigues e Luís Barbosa; uma orquestra de salão, entregue a Lopes da Costa; e uma orquestra de câmara, regida pelo maestro Ivo da Cruz.
- ⁶ Cf. «Reportagem radiofónica – Como foi retransmitida pela Emissora a brilhante cerimónia inaugural do sistema automático na Estação Telegráfica “Norte de Lisboa”», *Rádio Semanal*, 27 Outubro 1934.
- ⁷ Cf. «Como a Emissora Nacional retransmitiu a solene inauguração da Assembleia Nacional», *Rádio Semanal*, 19 Janeiro 1935.
- ⁸ Cf. AOS/CO/OP-7.
- ⁹ Cf. *ibidem*.
- ¹⁰ Carta enviada por Fernando Homem Christo ao director do Secretariado da Propaganda Nacional, 22 Março 1935, AOS/CO/OP-7 (sublinhado de acordo com o original).
- ¹¹ Cf. *ibidem*.
- ¹² Fernando Homem Christo, «Projecto de Reorganização para Integração do Novo Serviço Político no Quadro dos Restantes Serviços», 8 Abril 1935, *in* AOS/CO/OP-7 (sublinhados de acordo com o original).
- ¹³ Nesta data o Secretariado da Propaganda Nacional produzia diariamente, para utilização do Governo, um «Boletim de Imprensa» com resumos dos jornais do dia. (Cf. AMI, Maços 472, 473).
- ¹⁴ Cf. Fernando Homem Christo, «Projecto de Reorganização para Integração do Novo Serviço Político no Quadro dos Restantes Serviços», 8 Abril 1935, *in* AOS/CO/OP-7.
- ¹⁵ *Ibidem*.
- ¹⁶ *Ibidem*.
- ¹⁷ Fernando Homem Christo, «Plano de Propaganda», 19 Abril 1935, *in* AOS/CO/OP-7.
- ¹⁸ Vide António Ferro, «Projecto de Bases para a Administração da Emissora Nacional», 11 Maio 1935, *in* AOS/CO/OP-7.
- ¹⁹ Henrique Galvão foi representante de Portugal no Congresso Colonial de Paris, em 1931; director das feiras coloniais de Luanda e Lourenço Marques, em 1932; e director da I Exposição Colonial realizada em 1934. Este certame, que decorreu no Porto, foi uma das primeiras realizações da «política do espírito». Mesmo enquanto presidente da EN, Henrique Galvão manteve-se sempre ligado às matérias coloniais, tendo ocupado o cargo de inspector superior da Administração Colonial entre 1936 e 1949.
- ²⁰ Henrique Galvão, carta remetida ao ministro das Obras Públicas e Comunicações, 3 Fevereiro 1936, *in* AOS/CO/OP-7 – Pasta 12.

- ²¹ Cf. «Vai ser posto em prática pelo nosso governo um grandioso plano para a Radiodifusão Nacional. Constituir-se-ão cinco novas Emissoras, sendo quadruplicada a potência da Emissora Nacional», *Rádio Semanal*, 1 Junho 1935.
- ²² Cf. carta remetida por Duarte Pacheco ao presidente do Conselho, 19 Junho 1936, in AOS/CO/OP-7 – Pasta 4.
- ²³ Cf. Henrique Galvão, carta remetida ao ministro das Obras Públicas e Comunicações, 3 Fevereiro 1936, in AOS/CO/OP-7 – Pasta 12.
- ²⁴ Cf. «Relatório dos Serviços Técnicos da Emissora Nacional de Radiodifusão sobre o problema da radiodifusão para o império português», 23 Junho 1947, in AOS/CO/PC-26 – Pasta 1.
- ²⁵ Cf. AOS/CO/OP-7 – Pasta 4.
- ²⁶ Cf. abaixo-assinado, 1935, in AOS/CO/OP – Pasta 9.
- ²⁷ Cf. Henrique Galvão, «Ordem de Serviço n.º 4», 13 Junho 1935.
- ²⁸ Henrique Galvão em entrevista a *O Século*, 1 Agosto 1935.
- ²⁹ Cf. Henrique Galvão, «Ordem de Serviço N.º 3», 12 Junho 1935.
- ³⁰ Cf. Henrique Galvão, «Ordem de Serviço n.º 4», 13 Junho 1935.
- ³¹ Mota Pereira solicitou a exoneração do cargo em Setembro de 1935, tendo sido substituído pelo então secretário-geral Isidro Aranha. O novo secretário-geral passou a ser Carlos Galvão. (Cf. Henrique Galvão, «Ordem de Serviço n.º 47», 30 Setembro 1935).
- ³² Cf. Henrique Galvão, «Ordem de Serviço n.º 28B», 1 Agosto 1935. António Lopes Ribeiro manteve-se no cargo até Janeiro de 1936.
- ³³ Considera-se 1 de Agosto de 1935 como a data de início das emissões oficiais. Contudo, a inauguração pelo chefe de Estado apenas ocorreu no dia 4. (Cf. Henrique Galvão, «Ordem de Serviço 33A», 5 Agosto 1935).
- ³⁴ Henrique Galvão em entrevista ao *Diário de Notícias*, 1 Agosto 1935, citado em *Boletim da Emissora Nacional*, Agosto 1935.
- ³⁵ Cf. Henrique Galvão, «A Emissora Nacional e o seu Boletim», *Boletim da Emissora Nacional*, Agosto 1935.
- ³⁶ Cf. António Lopes Ribeiro, «A Função do Disco na Radiotelefonía», palestra proferida a 1 de Agosto de 1935, citado em *Boletim da Emissora Nacional*, Agosto 1935.
- ³⁷ Cf. Entrevista de Henrique Galvão a *O Século*, 16 Novembro 1935, in «A Emissora e a Imprensa», *Boletim da Emissora Nacional*, Novembro 1935.
- ³⁸ Cf. «A Emissora Nacional vai melhorar os seus programas», *Rádio Semanal*, 21 Março 1936, citado em «A Emissora e a Imprensa», *Boletim da Emissora Nacional*, Março 1936.
- ³⁹ Cf. «O 1.º Programa de Cultura Estrangeira», *Boletim da Emissora Nacional*, Março 1936.
- ⁴⁰ Cf. Henrique Galvão, «Ordem de Serviço n.º 95», 10 Março 1936.
- ⁴¹ Cf. «Emissora Nacional e a Sociedade de Propaganda de Portugal», *A Voz*, 10 Setembro 1935, citado em *Boletim da Emissora Nacional*, Setembro 1935.
- ⁴² Cf. Cristiano de Sousa, «A Radiofonia ao Serviço do Estado», palestra proferida na EN a 1 de Agosto de 1935, *Boletim da Emissora Nacional*, Agosto 1935.
- ⁴³ Palavras de Henrique Galvão, in «Sabemos o que vamos fazer dentro de uma ordem!», *Rádio Semanal*, 13 Julho 1935.
- ⁴⁴ Cf. Fernando Pessa, «Como a EN fez a reportagem da 6.ª Volta a Portugal em Bicicleta», *Boletim da Emissora Nacional*, Setembro 1935.
- ⁴⁵ Cf. Henrique Galvão, «Ordem de Serviço n.º 1», 11 Junho 1935.
- ⁴⁶ Cf. *idem*, «Ordem de Serviço n.º 13», 29 Junho 1935.

- ⁴⁷ Cf. *idem*, «Ordem de Serviço n.º 87», 17 Fevereiro 1936.
- ⁴⁸ *Idem*, «Ordem de Serviço n.º 90», 21 Fevereiro 1936.
- ⁴⁹ Cf. *ibidem*.
- ⁵⁰ Cf. Henrique Galvão, «Ordem de Serviço n.º 100», 5 Maio 1936.
- ⁵¹ *Idem*, «Ordem de Serviço n.º 6», 11 Janeiro 1937.
- ⁵² Cristiano de Sousa, «A Radiofonia ao Serviço do Estado», palestra proferida na Emissora Nacional a 4 de Agosto de 1935, *Boletim da Emissora Nacional*, Agosto 1935.
- ⁵³ Na elaboração do quadro procurou manter-se a catalogação por assuntos existente nos guiões de emissão elaborados pelos serviços de produção da estação oficial, tendo apenas sido realizados pequenos ajustes, nomeadamente a inclusão, no mês de Julho, das palestras anticomunistas na categoria «política», dado que este mesmo critério havia sido adoptado pela estação nos meses anteriores.
- ⁵⁴ Henrique Galvão, carta remetida ao ministro das Obras Públicas e Comunicações, 3 Fevereiro 1936, *in* AOS/CO/OP-7 – Pasta 12.
- ⁵⁵ Cf. Henrique Galvão, «Ordem de Serviço n.º 35», 13 Agosto 1935, e «Ordem de Serviço n.º 40», 22 Agosto 1935.
- ⁵⁶ M. Pestana Reis, palestra proferida na Emissora Nacional em Novembro de 1935, *Boletim da Emissora Nacional*, Novembro 1935.
- ⁵⁷ José Luiz Supico, «Delícias Soviéticas», palestra proferida a 14 de Fevereiro de 1936, *Boletim da Emissora Nacional*, Fevereiro 1936.
- ⁵⁸ Cf. Joaquim Lança, «A Família – razão de Estado», palestra proferida em Novembro de 1935, *Boletim da Emissora Nacional*, Novembro 1935.
- ⁵⁹ Cristina de Aragão Morais, palestra proferida a 19 de Março de 1936, transcrita em «Cousas caseiras. Utilidades domésticas», *Boletim da Emissora Nacional*, Março 1936.
- ⁶⁰ A religião judaica de Augusto D'Esaguy levou-o a publicar, em 1939 e 1940, duas obras sobre o judaísmo e a perseguição movida pelos nazis aos judeus: *Grandezas e Misérias de Israel* e *Europa* 39.
- ⁶¹ Cf. Pedro de Moura e Sá, *Vida e Literatura*, pp. 403-404.
- ⁶² Cf. Wanda Ramos, «Lamas, Maria da Conceição Vassalo e Silva», *in* Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, Vol. I, pp. 506-507.
- ⁶³ Cf. Henrique Galvão, «Ordem de Serviço n.º 47», 30 Setembro 1935.

BIBLIOGRAFIA

- ARCHER, Maria (1936), *África Selvagem*, Lisboa: Guimarães e C.^a.
- (1939), «Angola Filme», *Cadernos Coloniais* 19, Lisboa: Editorial Cosmos.
- (193-), «Ninho de Bárbaros», *Cadernos Coloniais* 15, Lisboa: Editorial Cosmos.
- (s/d), *Viagem à Roda da África*, Lisboa: O Século.
- ARENDRT, Hannah (1976), *O Sistema Totalitário*, Lisboa: Dom Quixote.
- AZEVEDO, Alves de (1938), *Bases para a Elaboração do Novo Plano Colonial*, Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia.
- (193-), «Mística Imperial», *Cadernos Coloniais* 17, Lisboa: Editorial Cosmos.
- (1936), *O Bolchevismo – Subversão de Todos os Valores*, Lisboa: Sociedade Industrial de Tipografia.
- AZEVEDO, Cândido de (1999), *A Censura de Salazar e Marcelo Caetano*, Lisboa: Caminho.
- BERGMEIER, Horst J. P. e LOTZ, Rainer E. (1997), *The Inside Story of Nazi Broadcasting and Propaganda Swing*, New Haven: Yale University Press.
- CARDOSO, Pires (1941), *O Problema da Radiodifusão em Portugal. Alguns Aspectos*, Lisboa: Emissora Nacional de Radiodifusão.
- CARVALHO, Alberto Arons de (1973), *A Censura e as Leis de Imprensa*, Lisboa: Seara Nova.
- CASTELO-BRANCO, Miguel (2001), *Fernando Cristo Filho – Do Anarquismo ao Fascismo*, Lisboa: Nova Arrancada.
- CASTRO, Fernanda de (1988), *Ao Fim da Memória*, Vols. I e II, Lisboa: Verbo.
- CHRISTO, Fernando Homem (1984), *A Reação Integral*, Lisboa: Edições Fernando Pereira.
- CRISTO, Dina (2001), «A Rádio no Tempo de Salazar e Caetano: Censura, propaganda e resistência», *Observatório* 3: 9-32.
- CRUZ, Manuel Braga da (1978), «A Informação Popular Anti-Salazarista. Da cripto-informação à contra-informação», *Economia e Socialismo* 32-33: 53-63.
- (1988), *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa: Presença.
- D'ESAGUY, Augusto (1937), *Higiene e Profilaxia*, Lisboa: Europa.
- (1935), *Palestras Médicas*, Lisboa: O Século.
- (1940), *Vitaminas e Outras Palestras*, Lisboa: Livraria Portugália.
- DIAS, Jaime Lopes (1936), *A Beira Baixa ao Microfone da Emissora Nacional de Radiodifusão*, Lisboa: Torres & Cta. – Livraria Ferin.

- DOOB, Leonard W. (1985), «Goebbels y sus principios propagandísticos», *Sociología de la Comunicación de Masas*, ed. Miquel de Moragas, Vol. III, Barcelona: G. Gili.
- FERIN, Isabel (2002), *Comunicação e Culturas do Quotidiano*, Lisboa: Quimera.
- (1997), «Contra a Fragmentação. Da informação ao conhecimento», *Leituras* 1: 75-83.
- FERRO, António (1935), *A Política do Espírito e os Prémios Literários do SPN*, Lisboa: Edições SPN.
- (1943), *Dez Anos de Política de Espírito (1933-1943)*, Lisboa: Edições SPN.
- (s/d), *Homens e Multidões*, Lisboa: Livraria Bertrand.
- (1949), *Jogos Florais*, Lisboa: Emissora Nacional.
- (1933), *Salazar, o Homem e a Sua Obra*, Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade.
- (1927), *Viagem à Volta das Ditaduras*, Lisboa: Tipografia da Empresa do Anuário Comercial.
- GALVÃO, Henrique (1937), *Angola (Para uma Nova Política)*, Lisboa: Livraria Popular de Francisco Franco.
- (1939), *Clima de Guerra ao Microfone da Emissora Nacional*, Lisboa.
- (1938?), *Leis do Exército Novo*, Lisboa: Editorial Império.
- (s/d), *Por Angola*, Lisboa: edição do autor.
- GUEDES, Fernando (1997), *António Ferro e a sua Política do Espírito*, Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- GUEDES, Nobre (1940), *Mocidade Portuguesa. Alguns Discursos e Escritos do Primeiro Comissário Nacional 1936-1940*, Lisboa: Mocidade Portuguesa.
- HENRIQUES, Raquel Pereira (1990), *António Ferro – Estudo e Antologia*, Lisboa: Alfa.
- JEANNENEY, Jean-Noël (1996), *Uma História da Comunicação Social*, Lisboa: Terramar.
- JOWETT, Garth S. e O'DONNELL, Victoria (1992), *Propaganda and Persuasion*, Newbury Park, Sage.
- KLAHN, Jeffery (2002), «A Critical Review and Assessment of Herman and Chomsky's "Propaganda Model"», *European Journal of Communication* 17: 147-182.
- LAZARSFELD, Paul (1940), *Radio and the Printed Age. An Introduction to the Study of Radio and Its Role in the Communication of Ideas*, Nova Iorque: Duell, Sloane and Pearce.
- LOPES, Norberto (1975), *Visado pela Censura*, Lisboa: Áster.
- MAIA, Matos (1995), *Telefonia*, Lisboa: Círculo de Leitores.
- MATTELART, Armand (1997), *A Comunicação-Mundo*, Lisboa: Piaget.
- (1986), *A Invenção da Comunicação*, Lisboa: Piaget.

- (2002), *História da Sociedade da Informação*, Lisboa: Bizâncio.
- MEDINA, João (2000), *Salazar, Hitler e Franco*, Lisboa: Horizonte.
- MELO, Daniel (2001), *Salazarismo e Cultura Popular (1933-1958)*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- MONTOITO, Eugénio Manuel dos Santos (1995), *Henrique Galvão ou a Dissidência de um Cadete do 28 de Maio*, Lisboa. Texto policopiado.
- NOGUEIRA, Franco (1977), *Salazar. A Mocidade e os Princípios*, Coimbra: Atlântida Editora.
- (1977), *Salazar. Os Tempos Áureos (1928-1936)*, Coimbra: Atlântida Editora.
- NÓVOA, António (1992), «A “Educação Nacional”», *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (coords.), Lisboa: Presença.
- Ó, Jorge Ramos do (1992), «Salazarismo e Cultura», *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques (coords.), Lisboa: Presença.
- PINTO, António Costa (2001), «O Império do Professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)», *Análise Social* 157: 1031-1054.
- PRETO, Rolão (1933), *Salazar e a Sua Época*, Lisboa: Imprensa Moderna.
- QUINTERO, Alejandro Pizarroso (1996), *História da Imprensa*, Lisboa: Planeta Editora.
- (1993), *História da Propaganda*, Lisboa: Planeta Editora.
- RÁDIO CLUBE PORTUGUÊS (1940), *Estatutos*, Lisboa: RCP.
- RAMOS, Gustavo (1934), *Alguns Aspectos sobretudo Literários do Moderno Nacionalismo Alemão*, Lisboa: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- RAMOS, Maria Carolina (1937), *Para a Mulher*, Porto: Domingos Barreira.
- RAMOS, Rui (1988), «Culturas da Alfabetização e Culturas do Analfabetismo em Portugal: Uma Introdução à História da Alfabetização no Portugal Contemporâneo», *Análise Social* 103-104: 1067-1145.
- RIBEIRO, Nelson (2005), *A Emissora Nacional nos Primeiros Anos do Estado Novo (1933-1945)*, Lisboa: Quimera.
- RODRÍGUEZ, Alberto Pena (1996), «História do Jornalismo Português», *História da Imprensa*, Alejandro Pizarroso Quintero (coord.), Lisboa: Planeta Editora.
- ROSAS, Fernando e BRITO, J. M. Brandão de (1996), *Dicionário de História do Estado Novo*, Vols. I e II, Venda Nova: Bertrand Editora.
- ROSAS, Fernando (1986), *O Estado Novo nos Anos Trinta 1928-1938*, Lisboa: Estampa.
- (2001), «O Salazarismo e o Homem Novo: Ensaio sobre o Estado Novo e a questão do totalitarismo», *Análise Social* 157: 1031-1054.
- SÁ, Pedro de Moura e (1960), *Vida e Literatura*, Lisboa: Bertrand Editora.

- SALAZAR, Oliveira (1966), *Antologia 1909-1966*, Coimbra: Coimbra Editora.
- (1935), *Discursos e Notas Políticas*, Vol. I, Coimbra: Coimbra Editora.
- SANTOS, Rogério (2000), «Nos 75 Anos de Emissões Regulares de Rádio – Histórias de Pioneiros», *Observatório 2*: 127-136.
- (2005), *As Vozes da Rádio (1924-1939)*, Lisboa: Caminho.
- SCHUDSON, Michael (1991), «Historical Approaches to Communication Studies», *A Handbook of Qualitative Methodologies for Mass Communication Research*, Klaus Bruhn Jensen e Nicholas W. Jankowski (coords.), Londres: Routledge.
- SILVA, Vergílio Luís (2001), «A Rádio nos Anos 20», *Observatório 3*: 33-64.
- UNIÃO NACIONAL (1935), *I Congresso da União Nacional*, Lisboa: União Nacional.
- WASBURN, Philo C. (1992), *Broadcasting Propaganda. International Radio Broadcasting and the Construction of Political Reality*, Westport/Connecticut: Praeger.
- WINSTON, Brian (1998), *Media, Technology and Society. A History: From the Telegraph to the Internet*, Londres: Routledge.

Periódicos:

- Anuário Estatístico de Portugal*, 1934/1939
- Boletim da Emissora Nacional*, Agosto 1935/Julho 1936
- Rádio Semanal*, Setembro 1934/Agosto 1937

Arquivos:

- Arquivo Histórico da RDP
- Centro de Documentação da RDP
- Instituto dos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo:
- Arquivo Ministério do Interior (AMI)
 - Arquivo Oliveira Salazar (AOS)
 - Arquivo PIDE-DGS

Testemunho:

- Fernando Pessa, testemunho recolhido a 19 de Julho de 2001 (gravação áudio na posse do autor).